

Falhas de mercado: a cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique

Market failures: the South-South cooperation between Brazil and Mozambique

Guilherme Messias Junglaus*
Sabrina Santos Zeferino**

Resumo

O presente artigo tem por objetivo, primeiramente, fazer uma apresentação teórica dos três tipos de falhas de mercado, as informações assimétricas, as externalidades positivas e negativas e os bens públicos para então a posteriori fazer uma análise da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Moçambique. A metodologia compreende a utilização de textos teóricos sobre as falhas de mercado e textos diversos sobre a cooperação entre o Brasil e o Moçambique, sendo majoritária a utilização de fontes da Associação Brasileira de Cooperação (ABC). Dentre as considerações finais percebeu-se grande possibilidade de Moçambique e do Brasil de se beneficiarem com a Cooperação mesmo havendo as falhas de mercado.

Palavras Chaves: Falhas de Mercado; Cooperação Sul-Sul; Brasil; Moçambique..

Abstract

The present article has as objective, first of all, to do a theoretical presentation of the three types of market failures, the asymmetric informations, positive and negatives externalities and public goods for so, a posteriori, do an analyses of the South-South Cooperation between Brazil and Mozambique. The methodology comprehends the utilization of theoretical texts about the market failures and several texts about the cooperation between Brazil and Mozambique, being the majority the utilization of sources from the Brazilian Cooperation Agency (ABC). Among the final considerations was realized a big possibility of Mozambique and Brazil to benefit themselves with the cooperation even with the market failures.

Key Words: Market Failures; South-South Cooperation; Brazil; Mozambique.

* Graduando em Relações Internacionais pela PUC-MG. Contato: guilherme.junglaus@hotmail.com

** Graduanda em Relações Internacionais pela PUC-MG. Contato: sabrinasantos94@gmail.com

Introdução

O presente trabalho discutirá três das falhas de mercado existentes: Informações Assimétricas, Externalidades positivas e negativas e Bens Públicos. Após feita uma apresentação teórica de cada uma destas falhas será feito um estudo de caso sobre a cooperação Sul-Sul que o Brasil tem feito com Moçambique, o qual, será, embasado nestas falhas.

O Brasil tem acordos diversos de cooperação técnica Sul-Sul com Moçambique, com o intuito de fazer uma diplomacia solidária e desvinculada de interesses lucrativos, sendo que, em 2011 o montante de US\$ 22,157,013.00 milhões de dólares foi alocado no país no âmbito da cooperação bilateral. Ademais, existem também acordos de caráter triangular, trilaterais, um exemplo seria Brasil-Itália-Moçambique, os quais alocaram US\$ 9,843,770.00 milhões de dólares, todavia, o foco do trabalho será nos acordos bilaterais Brasil-Moçambique (ABC, 2012).

As aéreas de atuação brasileira no país africano são diversas, mas majoritárias na agricultura, saúde e educação. A intenção do governo brasileiro é levar os conhecimentos brasileiros desenvolvidos para Moçambique e com isso ajudar o país a se desenvolver. Ademais, o governo percebe nesta oportunidade um ganho bilateral, uma vez que o Brasil, para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), irá se desenvolver ainda mais nessas áreas graças à cooperação (ABC, 2012).

Falhas de mercado

Falhas de mercado ocorrem quando o mercado e seus mecanismos não regulados pelo Estado, produzem resultados inesperados, não eficientes economicamente ou indesejáveis para a sociedade, é o que impede o livre mercado de atingir o pleno bem estar social. O mercado é imperfeito e por isso produz falhas, para solucioná-las uma solução é a intervenção governamental ou um acordo entre as partes, porém essa solução só é possível quando há poucas pessoas envolvidas. Assim, quando o Estado intervém na economia ele pode minimizar ou impedir que estas falhas ocorram (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Informações assimétricas

Informações Assimétricas são uma falha de mercado uma vez que se caracteriza por uma situação onde os agentes envolvidos em

uma relação econômica possuem níveis de informação diferenciados a respeito do bem que se está negociando ou da transação em si, desse modo um poderá ter vantagens sobre o outro. É, portanto, um fenômeno incontrollável ou pelo menos que é difícil de se obter controle, que ocorre externamente às capacidades individuais de percepção pois, um comprador não saberá, de fato, por exemplo, a real qualidade de um produto que ele está comprando (PINDYCK e RUBINFELD, 2006). Então, sempre que “... uma das partes envolvidas em um contrato tem mais informações relevantes que a outra, dizemos que há assimetria de informação” (VASCONCELLOS e OLIVEIRA, 2006).

Uma situação que ilustra este cenário é o ato da venda de um carro usado. O vendedor será a única parte que saberá o real estado do carro, a real qualidade do mesmo, e por sua vez, o comprador estará em desvantagem no sentido de que ele não vai poder ter certeza sobre a qualidade do carro até o momento da compra e do uso efetivo. É por isso que o comprador estará disposto a comprar o carro, somente se o preço for relativamente inferior ao que fora pago pelo vendedor (PINDYCK e RUBINFELD, 2006). Então, “se fosse fácil observar a qualidade dos automóveis, não haveria problemas nesse mercado” (VARIAN, p. 717, 2003).

Desse modo, em situações de Informações Assimétricas haverá uma prevalência de venda das mercadorias de qualidade inferior a despeito da venda de mercadorias de alta qualidade. Isto configura o que se chama de “problema dos produtos de qualidade duvidosa” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 532, 2006), no qual os compradores tendem a pensar que o produto é de uma qualidade inferior e por isso o preço tende a cair, o que, conseqüentemente, fará com que os produtos de alta qualidade sejam vendidos em menor proporção (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Assim, produtos de diferentes qualidades poderão ser vendidos por um preço único, o que irá reafirmar a venda majoritária de produtos de baixa qualidade em detrimento dos de alta qualidade, processo este chamado de Seleção Adversa. Isto irá ocorrer toda vez que compradores e vendedores não estiverem igualmente cientes da qualidade real do produto no ato da compra (PINDYCK e RUBINFELD, 2006). Desse modo, quem perde é o consumidor, quem seria plenamente beneficiado se apenas bens de alta qualidade fossem produzidos (VARIAN, 2003).

Neste contexto, produtores e/ou vendedores de produtos que são de fato de alta qualidade podem fazer uso de certos artifícios que pode-

rão amenizar esta situação. Estes agentes podem buscar, por exemplo, pela constituição de uma reputação, com isso, haverá uma dissipação de informação pela sociedade que irá difundir a ideia de qualidade daquele produtor ou vendedor. Todavia, certos mercados como a rede hoteleira e de restaurantes podem ter dificuldade em criar reputação pois estes setores tendem a ter uma frequência menor de clientes “fiéis”, repetitivos. Desse modo, uma solução é a padronização de serviços, ofertar, por exemplo, o mesmo produto em todas as lojas de uma mesma empresa, algo que é feito pela rede de FastFood Mc Donalds. Tendo em vista um produto padronizado o consumidor saberá da real qualidade do mesmo (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Outrossim, vendedores e consumidores podem fornecer sinais transmitindo assim informações sobre a real qualidade do que se esta sendo negociado, processo este chamado de Sinalização de Mercado. Estes sinais podem ter um caráter forte ou fraco em uma situação de entrevista de emprego, por exemplo, em que o empregador busca entender a qualidade do futuro empregado. Se o candidato vestir-se bem isto será um sinal fraco, pois, ele não garante grande diferenciação, já dados que comprovem níveis de escolaridade e educação, são um sinal forte pois garante que um candidato tem mais educação que outro, e, assim, que um deverá ser mais produtivo que o outro. Por fim, outra tentativa de mostrar que o bem é de alta qualidade é o fornecimento de garantias e certificados por parte das empresas pois, por exemplo, quanto maior for a garantia de um produto maior será, provavelmente, a qualidade do mesmo, uma vez que, o produtor estará se arriscando a fornecer garantia por um tempo maior (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Um outro cenário de imprevisibilidade deste contexto é o chamado Risco Moral, que se descreve como: “quando uma parte apresenta ações que não são observadas e que podem afetar a probabilidade ou a magnitude de um pagamento associado a um evento” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 539, 2006) ou ainda “uma falta de incentivo para tomar cuidado” (VARIAN, p. 723, 2003). Este contexto pode ser exemplificado pelo ato de descuido de não trancar devidamente uma residência, pois a casa foi assegurada contra furto e seus donos ficam, graças ao seguro, mais tranquilizados e acabam cometendo este deslize, o que pode configurar um possível prejuízo a empresa de seguro. Portanto este Risco não apenas gera modificações do comportamento dos indivíduos como também cria ineficiência econômica (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Por fim, um último problema das Informações Assimétricas é o da relação Agente-Principal, “problema que surge quando os agentes (...) perseguem suas próprias metas em vez das metas dos principais (...)” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 541, 2006), ou seja, quando por exemplo, o administrador de uma empresa busca atingir as suas aspirações pessoais dentro da empresa em vez de seguir as do “principal”, a do dono da empresa. Isto ocorre, mais uma vez, devido a uma falha de dissipação de informação (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Externalidades

Quando o sistema de preços não funciona da mesma forma para os produtores e consumidores, ocorre uma externalidade. Externalidade é quando os preços de mercado não são refletidos através de um efeito da produção ou do consumo, ou seja, tais efeitos são externos ao mercado (PINDYCK e RUBINFELD, 2006). É também quando o bem-estar para além das próprias decisões de consumo de um são afetadas por decisões de consumo e produção de outros. Quando as decisões de consumo ou de produção de outros afeta o bem-estar de um consumidor, pode-se dizer que há uma externalidade (VASCONCELLOS e OLIVEIRA, 2006).

Exemplo disso seria uma usina de aço que despeja seus efluentes em um rio em que seja usado para recreação e pescaria das pessoas que moram perto dele. Uma vez que isso acontece há uma externalidade, pois a usina não está pagando o custo do despejo e está prejudicando as pessoas que utilizavam do rio, fazendo com que elas paguem por uma coisa que não foram ação das mesmas. Se houver a prevalência dessa externalidade o preço do aço será menor do que se ele estivesse pagando pelos custos dos efluentes, fazendo com que haja uma produção excessiva de aço e uma ineficiência da produção (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Uma vez que isso gera sérias questões de política pública, se constitui como uma falha de mercado. Quando a externalidade está presente, “o preço de um bem não reflete necessariamente seu valor social” (PINDYCK e RUBINFELD, p.555, 2006) ou seja, “as empresas poderão vir a produzir quantidades excessivas ou insuficientes de tal maneira que o resultado do mercado venha a ser ineficiente” (PINDYCK e RUBINFELD, p.555, 2006).

As externalidades se dividem em positiva e negativa. A negativa é quando a ação de um produtor, consumidor ou a relação entre eles imponha danos ao outro, de forma que os outros vão arcar inteira-

mente com o custo desse dano (MANSFIELD e YOHE, 2006), como no exemplo da usina de aço. A positiva é quando a ação de um desses indivíduos beneficia o outro (PINDYCK e RUBINFELD, 2006), porém não são pagos por tais benefícios (MANSFIELD e YOHE, 2006).

Quando o preço do mercado não reflete as externalidades negativas, elas se tornam causa de ineficiência econômica. A partir disso é possível explicar o que é o Custo Marginal Externo (CMgE). O CMgE é aquele em que é imposto ao outro devido ao aumento de uma unidade na produção. Como no exemplo dado, seria o custo sobre os pescadores quando a empresa aumenta a produção de aço, e conseqüentemente aumenta a poluição dos rios, prejudicando ainda mais os pescadores (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

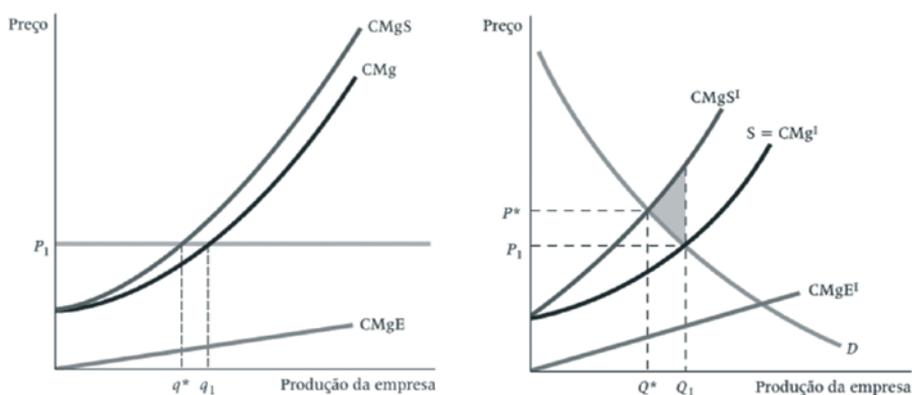


Figura 1 • Quando há externalidades negativas, o custo marginal social, CMgS, é maior do que o custo marginal, CMg. A diferença é o custo marginal externo, CMgE. Em (a), a empresa que maximiza os lucros produz a quantidade q_1 , em que o preço é igual ao custo marginal. A produção eficiente ocorre com a quantidade q^* , em que o preço é igual ao CMgS. Em (b), o produto competitivo do setor é Q_1 , na intersecção entre a oferta de mercado CMg^I e a demanda D . No entanto, o produto eficiente Q^* é menor na intersecção da demanda com o custo marginal social $CMgS^I$ (PINDYCK e RUBINFELD, p. 556, 2006).

A ineficiência econômica gerada pelas externalidades negativas existe tanto no longo, quanto no curto prazo. Ela é a produção excessiva que faz com que haja uma grande quantidade de efluentes lançadas no rio. O preço incorreto do produto gera a origem da ineficiência. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006):

Quando há externalidades negativas, o custo médio da produção é inferior ao custo médio social. Sendo assim, algumas empresas permanecem no setor mesmo que sua saída seja mais eficiente. Portanto, as externalidades negativas estimulam a permanência de empresas demais no setor (PINDYCK e RUBINFELD, p. 557, 2006).

Analisando pelo lado social, a empresa estará produzindo uma quantidade excessiva de produto. Para que seja produzido em um nível de produção eficiente, o preço do produto (no caso o aço) deveria ser igual ao Custo Marginal do produto mais o Custo Marginal Externo do despejo de efluentes no rio (ou seja, $P = CMgS + CMgE$) (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Já a externalidade positiva é aquela em que a ação de um dos indivíduos beneficia o outro. Exemplo disso seria o aumento de fábricas de aeronaves que iriam proporcionar aos produtores de alumínio tirar vantagem das economias de escala, de maneira que outras firmas fabricantes de metais teriam também a oportunidade de comprar alumínio mais barato (MANSFIELD e YOHE, 2006). Esse benefício gerado pela fábrica de aeronave às outras firmas é chamado de benefício marginal externo (BMgE) (PINDYCK e RUBINFELD, 2006). A soma do benefício marginal externo mais o benefício marginal privado é igual ao benefício marginal social (BMgS). Dessa forma, há também uma ineficiência econômica, pois o proprietário da fábrica de aeronave não recebeu todo o benefício do investimento feito no aumento de sua fábrica (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

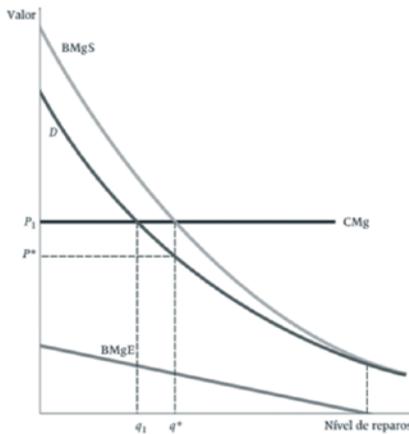


Figura 2• Quando há externalidades positivas, o benefício marginal social, BMgS, é maior do que o benefício marginal privado, D. A diferença é o benefício marginal externo, BMgE. Um proprietário

interessado em seu próprio benefício investe q_1 em reparos, valor este determinado pela intersecção da curva de benefício marginal, D , e da curva de custo marginal, CMg . O nível eficiente de reparos q^* é mais alto e é dado pela intersecção da curva de benefício marginal social com a curva de custo marginal (PINDYCK e RUBINFELD, p.558, 2006).

Segundo Pindyck e Rubinfeld (2006) para a indústria, o nível de produção seria eficiente se “o benefício marginal obtido mediante a produção de uma unidade adicional de produto fosse igual ao custo marginal social” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 557, 2006). Ou seja, a soma do custo marginal de produção mais o custo marginal externo ($CMg + CMgE$) deveria ser igual ao benefício marginal ganhado por meio de uma unidade adicional de aço para que a indústria produzisse com eficiência (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Ademais, existem algumas maneiras de corrigir as externalidades. Uma delas é através de intervenções do governo, por exemplo, uma regulamentação governamental para poluições, como no exemplo da usina de aço. O governo pode impor taxas sobre a emissão dos mesmos, pode fixar um padrão de emissão e pode incentivar permissões de emissão de poluentes (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

A outra maneira é através de negociações e acordos entre as partes envolvidas, ou através o sistema judiciário, em que uma das partes pode mover uma ação para recuperar o que foi perdido por meio das externalidades. Essa forma de correção da falha de mercado só é alcançada quando existem poucas pessoas envolvidas e quando há um direito de propriedade específico. Como exemplo, se os pescadores da região do rio tivessem direito de propriedade sobre a água limpa poderiam impor a empresa uma indenização. Dessa forma os custos seriam internalizados pela indústria e uma alocação eficiente de recursos seria obtida.

Contudo, nem sempre haverá uma negociação e uma possível causa para isso seria os custos de transação. Os custos de transação seriam “o tempo gasto com o processo de negociação, o esforço necessário para monitorar o cumprimento do acordo pela outra parte, o tempo e os recursos necessários para coordenar as duas partes” (VASCONCELLOS e OLIVEIRA, p. 262, 2006). Uma vez que esses custos são superiores aos ganhos de eficiência que a empresa irá gerar, não haverá negociações; se for inferior, haverá algum ganho de eficiência, mas não o bastante; e se for nulo, a eficiência máxima será obtida com a negociação. Esse resultado passou a ser

considerado como o teorema de Coase¹: “na ausência de custos de transação a definição dos direitos de propriedade garante que a livre negociação entre os agentes gere um resultado eficiente” (VASCONCELLOS e OLIVEIRA, p. 262, 2006).

É muito comum que em casos de externalidades negativas, a vítima abra um processo contra a outra parte. Uma vez que ela ganhe o processo, ela poderá recuperar quase que totalmente os prejuízos que obteve. Pindyck e Rubinfeld (2006) falam que: “o direito que a parte prejudicada tem de receber uma compensação da parte responsável pelos danos assegura um resultado eficiente. (Quando as informações não são perfeitas, no entanto, a ação indenizatória pode levar a resultados ineficientes)” (PINDYCK e RUBINFELD, p.572, 2006).

Bens públicos

Um bem é considerado público quando ele é não exclusivo e não concorrente; conseqüentemente pode ser ofertado com um custo menor para os consumidores. Porém, uma vez que ele foi disponibilizado é impossível manter o controle e evitar que seja consumido por outras pessoas. Bens públicos são considerados falhas de mercado, pois “não conseguem ofertar certas mercadorias valorizadas por muitos consumidores” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 527, 2006). A oferta desses bens na maioria das vezes é insuficiente ou inexistente no mercado (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Pode-se falar que os bens públicos são aqueles em que melhoram a qualidade de vida das pessoas, porém, o Mercado não consegue fornecer, ou então fornecem de forma ineficiente (GUIMARÃES, 2010).

Para que um bem seja considerado não concorrente (ou não disputável) ele deve ter o custo marginal de sua produção igual a zero para um consumidor adicional em qualquer nível de produção. Quando uma pessoa adquire um imóvel, por exemplo, ela elimina a chance de outras pessoas adquirirem o mesmo, e assim esse bem é disputável. Ou seja, para que um bem seja não disputável ele deve estar sempre disponível para todas as pessoas (PINDYCK e RUBINFELD, 2006), ou seja, mesmo que alguém o adquira isso não faz com que a quantidade diminua para outro indivíduo obtê-lo (KAUL e GRUNBERG e STERN, 1999 apud GUIMARÃES, 2010).

Para que um bem seja considerado não exclusivo ele deve estar disponível para todos, para que ninguém seja impedido de consu-

1. Ronald Coase, “The Problem of Social Cost”, *Journal of Law and Economic* 3, 1960, p. 1-44.

mi-lo, isto é, ele não é usufruto de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (GUIMARÃES, 2010). Mas não necessariamente deve ter uma natureza nacional, exemplo disso seria se um estado ou um município erradicarem a peste agrícola, todos os fazendeiros e consumidores se beneficiarão. Não será possível controlar quem vai obter o mesmo recurso ou não. De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), uma vez que isso acontece: “torna-se difícil ou impossível cobrar pela utilização de produtos com essas características; eles podem ser obtidos sem a necessidade de pagamento direto” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 576, 2006). Exemplo disso seria uma barragem que protege uma população contra enchentes, dado que uma pessoa está sendo protegida, não significa que os outros não estarão (VASCONCELLOS e OLIVEIRA, 2006).

É possível que exista um bem não exclusivo e disputável. Exemplo disso seria o mar, ou um lago; ambos são não exclusivos, porém se houver pesca no local é disputável. O ar poderia ser não exclusivo e não disputável, há não ser quando há uma poluição de uma empresa, fazendo com que a vida das outras pessoas seja prejudicada. Dessa forma ele se torna não exclusivo e disputável (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Quanto a eficiência, no caso dos bens públicos é um pouco diferente dos bens privados. Os bens privados alcançam a eficiência quando o benefício marginal é medido através do benefício adquirido do consumidor. Já no caso dos bens públicos, é preciso analisar primeiro o quanto cada pessoa estará disponível a pagar daquele bem uma vez que uma unidade adicional foi produzida. A soma dos valores de todas as pessoas faz com que se alcance o benefício marginal. Para se obter o nível eficiente de oferta do bem público é necessário que iguale a soma desses benefícios com o custo marginal da produção ($BMgS = CMg$) (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Há o caso em que as pessoas agem como caronas (FreeRiders). Isso significa que elas não pagarão por um bem, pois sabem que se um adquirir, todos serão beneficiados. É o caso de um bem não exclusivo. Exemplo disso seria se uma empresa criasse um programa que combatesse os pernilongos em uma vizinhança. A empresa não pode obrigar que as pessoas paguem por um preço que não querem e também não pode fazer com que os indivíduos que atribuem maior valor paguem um preço maior. Neste caso, os mercados ficam em uma posição difícil, ou até mesmo impossível de agir, pois eles não conseguem ofertar os produtos de forma eficiente (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Então, como mencionado anteriormente, existem duas formas de resolver esses problemas, uma seria com o governo, e a outra com acordos ou através do sistema judiciário. Nesse caso, se o número de pessoas envolvidas fosse pequeno e o custo fosse baixo, elas poderiam fazer um acordo e dividir o preço do programa entre elas, porém como engloba um número muito grande de pessoas um acordo entre as pessoas e a empresa privada seria ineficaz. Por isso, acaba sendo o papel do governo de agir, subsidiando ou fornecendo o programa se ele for feito de forma eficiente (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Dado que o governo irá agir nesses casos, é possível que seja vantajoso para o mesmo, pois os cidadãos irão pagar impostos e/ou tarifas. Porém, fica difícil determinar a quantidade ofertada do bem público em questão quando existem os “FreeRiders”, fazendo com que as pessoas revelem suas preferências de forma incorreta. Nesse caso, os indivíduos podem expressar suas decisões através de votos. Exemplo disso é a votação para decisões de alocação de verbas nos EUA. Os cidadãos americanos têm uma votação direta para opinarem sobre orçamentos e para eleger senadores, que votam para decidir outras. A maioria das eleições tem a regra da maioria de votos, ou seja, vence aquele senador ou uma forma de alocação de verbas que obtiver mais de 50% de votos (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Porém, “na regra da maioria dos votos, o nível preferido do votante mediano sempre vence uma eleição contra qualquer alternativa” (PINDYCK e RUBINFELD, p. 580, 2006). Ou seja, a preferência de um grupo de pessoas vai prevalecer sobre a maioria, e isto não será eficiente pelo modo econômico, pois leva em consideração que a preferência de cada indivíduo seja igual ao dos outros, assim, “o resultado eficiente pondera o voto de cada cidadão conforme a força de sua preferência” (PINDYCK e RUBINFELD, p.580, 2006).

Há também os bens públicos mundiais, que têm a mesma definição de bens públicos e para além disso são definidos pela sua universalidade. É um bem em que engloba além de um conjunto de países; ele é elaborado para que toda população se beneficie, além de uma geração, ou seja, mesmo que seja feita no presente não compromete nenhum recurso do futuro. Um bem público mundial não pode ser aquele restrito a somente um grupo de países, como MERCOSUL, ou aquele que restringe a aquisição por causa de gênero, religião ou etnia ou até mesmo aquele em que compromete os

recursos do futuro para favorecer o bem estar no presente (KAUL e GRUNBERG e STERN, 1999 apud GUIMARÃES, 2010)².

Dado que esses bens são fornecidos para todos os países há alguns problemas. Pelo nível nacional é uma falha de mercado e o próprio país deve fornecer os tais. Já em um contexto internacional tem a dúvida de quem deve fornecer os bens públicos mundiais. Dado que cada Estado tem sua soberania e não pode impor nenhum tipo de política a outro países soberanos, se usa da Cooperação para o Desenvolvimento a fim de fornecer os bens públicos mundiais(-NORDHAUS, 2005 apud GUIMARÃES, 2010)³. Uma vez que todos os países têm interesse nesses bens públicos, o seu fornecimento depende de Cooperações Internacionais (KAUL e GRUNBERG e STERN, 1999; Nordhaus, 2005 apud GUIMARÃES, 2010).

Dessa forma, existem 4 tipos de fornecimento de bens públicos mundiais na escada de Cooperação: 1) O país mais desenvolvido dispõe a fornece-los (Kaul et al., 1999):(ex: EUA liderando o processo de controlo de uma epidemia mundial); 2) os países que mais entendem de cada bem conduzem a sua provisão (ex: países com maior área florestal que preservam as florestas); 3) todos os países se envolvem (ex: Protocolo de Quioto); 4) o país que mais necessita de um certo bem se esforça para sua disposição e quando o mais fraco possui esse bem, ele existirá (ex: a erradicação de uma doença será declarada quando o último país a sofrer dela a eliminar de vez) (KAUL e GRUNBERG e STERN, 1999 apud GUIMARÃES, 2010).

A partir disso faremos uma análise da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique, a qual será fundamentada tanto em bens mundiais, como em informações assimétricas e externalidade positiva que foram mencionados anteriormente.

Estudo de caso

Desde 15 de setembro de 1981 o Brasil fez um Acordo Geral de Cooperação técnica com o Moçambique, e tal acordo foi promulga-

2. KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle; STERN, Marc. **GLOBAL PUBLIC GOODS: INTERNATIONAL COOPERATION IN THE 21ST CENTURY**. 1999. Office of Development Studies (ODS) Bureau for Development Policy (BDP) United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <<http://web.undp.org/globalpublicgoods/Q-A/qa.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.

3. NORDHAUS, William D. **Paul Samuelson and Global Public Goods**. 2005. A commemorative essay for Paul Samuelson. Yale University. Disponível em: <<http://www.econ.yale.edu/~nordhaus/homepage/PASandGPG.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.

do em 09 de julho de 1984. Mas esse projeto vem sendo intensificado com países africanos desde o Governo Lula. Essa aproximação com tais países além de concretizar uma vocação universalista do Brasil, resgata a identidade nacional na sua formulação de política externa (ABC, 2010).

Pode-se dizer que não há um consenso sobre uma única definição capaz de unificar todos os sentidos do que é a Cooperação Sul-Sul, todavia o que se sabe é que ela é referente a dinâmicas que envolvem países em desenvolvimento, no caso deste trabalho o Brasil e o Moçambique. Além disso, é consenso afirmar que a existência de um processo cooperativo significa dizer que existe algum tipo de troca entre os países que dele fazem parte e que os ganhos com esta cooperação serão mútuos, de ambas as partes, mas não necessariamente iguais (LEITE, 2012). Desse modo, o que se percebe é que estas trocas, no caso analisado aqui, têm se dado principalmente na área educacional, da saúde e do desenvolvimento da agricultura (ABC, 2012).

Ainda com intenção de conceituar a cooperação exercida pelo Brasil o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), definiu a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional como:

a totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, totalmente a fundo perdido, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria das suas condições socioeconômicas (IPEA, 2010, p.12).

Assim, levando em conta essa definição a Cooperação técnica seria um das formas do Brasil cooperar com o internacional (com o Sul, por isso Cooperação Sul-Sul), ou mais especificamente com Moçambique. Ela se caracteriza, portanto, como a transferência de conhecimento técnico, científico, tecnológico e de práticas dominadas pelo Brasil, nas áreas supracitadas em que a cooperação irá ocorrer. Esta transferência de conhecimento é feita de maneira direta, ou seja, o que ocorre, de fato, é um intercâmbio de informações entre técnicos brasileiros e de Moçambique (CABRAL, 2011).

Essa cooperação impulsionada pelo governo brasileiro favorece uma transferência de conhecimentos “à capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção de projetos que re-

conheçam a realidade específica de cada país”(ABC, p. 5, 2010). Além do que, contribui para o desenvolvimento africano, de forma que compartilha soluções encontradas para os problemas do próprio país (ABC, 2010).

Dessa forma, é possível relacionar tal cooperação com bens públicos mundiais, pois, uma vez que o Brasil cria uma política social, por exemplo, como a Bolsa-Escola (ABC, 2005), e transfere para o Moçambique, não prejudica qualquer pessoa que esteja usando de tal bem no Brasil; não prejudica nenhuma geração futura, pelo contrário, ajuda com que as crianças que virão tenham mais possibilidades; e segundo Fernanda Costa (2003) em uma publicação através da UNESCO, é uma forma de universalizar a educação: “O objetivo comum dos “Programas da Bolsa Escola” é encorajar o progresso educativo das crianças de baixo rendimento familiar, contribuindo assim, para a universalização da educação e para a redução das desistências” (COSTA, p. 10, 2003).

Tal política, pode ser também considerada como bem público mundial, pois, seu fornecimento se dá através da Cooperação para o Desenvolvimento para que, no caso, o Brasil não estabeleça nenhum tipo de política à África. Esse fornecimento do bem público mundial se aproxima mais do segundo tipo, dos quatro que existem para o fornecimento do bem público mundial através da cooperação, que é aquele em que um país que entende bem de uma coisa passa a fornecê-lo para outros países (KAUL e GRUNBERG e STERN, 1999 apud GUIMARÃES, 2010). No caso da Bolsa-Escola, o Brasil tendo visto o grande índice de analfabetismo e evasão escolar em Moçambique se propôs a implementar a metodologia do programa no país (ABC, 2005).

É também possível dizer que a partir da intensificação entre as cooperações Brasil-África, houve externalidades positivas. Um exemplo disso seria que “as relações comerciais do Brasil com países africanos aumentaram significativamente a partir do governo Lula” (GARCIA, 2013). Ou seja, uma vez que a cooperação tem o intuito de levar melhoras para o país, neste caso, Moçambique, acabou trazendo benefícios para o Brasil, como uma relação comercial maior com os países africanos (GARCIA, 2013).

Ademais, outra externalidade, que pode ser considerada positiva, é que o governo brasileiro percebe na cooperação um ganho bilateral, já que para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o país irá se desenvolver ainda mais nas áreas de agricultura, saúde e

educação, que são as majoritárias da cooperação com Moçambique (ABC, 2012). Outro exemplo de externalidade positiva neste caso é que além de concretizar uma vocação universalista do Brasil, consegue-se resgatar a identidade nacional na sua formulação de política externa (ABC, 2010).

Para além das externalidades positivas que foram citadas acima, é possível dizer que também houve um impacto social e econômico sobre o país alvo da cooperação, uma certa sustentabilidade nos resultados encontrados, mobilização de instituições do Brasil para que os projetos fossem implementados, e também parcerias multilaterais ou triangulares (IPEA, 2010). A partir disso pode-se destacar a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), a qual divide a cooperação técnica em 4 projetos:

- 1) projetos estruturantes, com um alto volume de recursos financeiros (superior a um milhão de dólares), com mais de dois anos de duração, que contam com a presença permanente de um profissional da Embrapa no país para coordenar as atividades, que podem ser em parceria com a ABC e agências internacionais; 2) projetos pontuais, de menor porte e curta duração; 3) capacitação em cursos de agricultura tropical; 4) plataformas de inovação agropecuária (MUÑOZ; CARVALHO, 2016, on-line).

Os projetos estruturantes por terem uma maior presença e consequentemente um maior impacto, geram efeitos positivos, pois agregam mais atividades, aumentam o impacto do projeto, “facilitam parcerias nacionais e internacionais e oferecem uma estrutura mais robusta de acompanhamento dos processos de implementação” (MUÑOZ; CARVALHO, 2016, on-line). Porém, com isso também é possível encontrar na Cooperação Sul-Sul (CSS) algumas externalidades negativas, ou seja, efeito *spill over*, que quer dizer em outras palavras um transbordamento de uma ação que gera efeitos negativos ou também positivos.

Os projetos que são realizados na CSS têm várias vantagens, como foi citado acima, mas também trazem alguns efeitos negativos. Dado que a cooperação agrícola brasileira com os países da África tem como objetivo a promoção da segurança alimentar da região, ela não deveria priorizar a produção de *commodities* para exportação, como o faz. Há críticas a cerca da Embrapa, pois ela está envolvida com projetos em que os objetivos de cada projeto nem sempre são compatíveis, como o projeto de inovação agrária (Plataforma), desenvolvimento da agricultura (ProSavana) e de segurança alimentar e nutricional (ProAlimentos) (MUÑOZ; CARVALHO, 2016).

O projeto de inovação agrária (Plataforma) é um projeto que busca dar apoio à inovação agrária de Moçambique e que acontece por meio de uma cooperação trilateral entre Brasil, Estados Unidos e Moçambique. Tem como objetivo o fortalecimento e reestruturação do sistema de pesquisa e inovação do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) (EMBRAPA, 2016). É o único dos três projetos em que não se encontram muitas críticas.

O projeto de apoio técnico aos programas de nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique (ProAlimentos) também é uma cooperação trilateral entre Brasil, Estados Unidos e Moçambique. Foi criado com o intuito de fortalecer a produção de hortaliças pelos agricultores familiares e direciona os produtos para consumo interno. Tem como objetivo a contribuição para a segurança alimentar da população de Moçambique para tornar o país mais auto suficiente (EMBRAPA, 2016). Há críticas quanto ao projeto, pois por mais que os três países ganhem algo, há uma sobreposição dos EUA, como uma prática Norte-Sul sobre Sul-Sul (FINGERMANN, 2014). E por último, o projeto ProSavana, que também é uma cooperação trilateral, e se estabelece entre Brasil, Moçambique e Japão (FGV, 2016), tem como objetivo a melhoria da vida dos habitantes, e através disso buscam desenvolver o trabalho agrícola regional para que se torne inclusivo e sustentável, buscam aumentar o número de emprego, e criar novos modelos para o desenvolvimento agrícola, rural e regional (PROSAVANA, 2015). As críticas a cerca desse projeto são de que falta transparência e consulta a população local, há exploração das terras, e acaba fazendo com que a agricultura familiar fique em segundo plano, e também fez com que surgissem comunidades sem terra em Moçambique (ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS..., 2013). Tudo isso faz com a CSS perca, em alguma medida, sua credibilidade (MUÑOZ; CARVALHO, 2016).

A partir de tais visões incompatíveis, o Brasil recebe críticas quanto à sua atuação em segurança alimentar, que são:

Falta de informações e ausência de transparência, descoordenação das ações, alcance limitado dos projetos, exportação das contradições nacionais (como, por exemplo, a promoção da agricultura familiar e o estímulo à expansão do agronegócio), associação com agendas de interesses econômicos e comerciais em detrimento do efetivo desenvolvimento sustentável, baixa capacidade de adaptar-se às reais condições locais (BEGHIN, 2014 apud MUÑOZ; CARVALHO, 2016, on-line).

O problema principal dessas críticas é quanto à dificuldade de identificar até onde vai a cooperação e onde se inicia o interesse e o investimento da internacionalização das empresas por parte do Brasil. Dado o interesse do Brasil nos recursos naturais e na demanda de obras de infraestrutura, as empresas brasileiras estão presentes em vários países. Há também atuação de órgãos públicos, como o BNDES que é um dos maiores bancos de desenvolvimento e o principal mecanismo do Governo Federal para fazer financiamentos e investimentos a longo prazo para realização de projetos governamentais ou empresariais (BNDS, 2016). Ele tem uma grande participação nesse processo de internacionalização das empresas brasileira se também tem uma grande importância quando se trata de negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), inclusive em Moçambique (VEIGA e RIOS, 2015, p. 26 apud MUÑOZ e CARVALHO, 2016).

Não somente a empresa de agronegócios que são beneficiadas, como também as construtoras e mineradoras que buscam desenvolver uma infraestrutura regional, mais voltada para o “escoamento de recursos naturais para exportação” (MUÑOZ e CARVALHO, 2016, on-line). Esse apoio não só contribui para fortalecer o setor privado do Brasil, mas também recebe várias denúncias por violações aos direitos humanos e também degradação ambiental, pois alegam que o Brasil não respeita a soberania alimentar dos países em questão, incentiva expansão de agronegócios e a partir disso resulta na expulsão dos pequenos agricultores das regiões, e gera uma dependência de importação dos alimentos, aumentando o uso de agrotóxicos, e priorizando a economia para tomar decisões, não levando em conta os recursos naturais dos países (BEGUIN, 2014 apud MUÑOZ e CARVALHO, 2016).

Há também a crítica de que a cooperação técnica entre Brasil e Moçambique faz com que apenas o Brasil permaneça com a tecnologia, e apenas explore dos recursos naturais da África. Com isso, há uma outra externalidade negativa, pois causa uma grande exploração da mão de obra dos moçambicanos principalmente da agricultores familiares (BAMBO, 2014).

Com isso, pode-se dizer que a cooperação entre Brasil e Moçambique não é apenas uma parceria solidária e igualitária, mas sim uma forma de obter, em alguma medida, vantagens políticas e econômicas para o Brasil. De acordo com as autoras Muñoz e Carvalho (2016) “a transferência do *knowhow* e a presença cooperativa conseguiria, possivelmente, obter um efeito *spill over*, abrindo portas para a venda de máquinas, de insumos e prestação de serviços ao país parceiro” (MUÑOZ e CARVALHO, 2016, on-line). Portanto tal cooperação:

não deve ser vista simplesmente como um ponto de encontro de interesses políticos, econômicos e bioenergéticos bilaterais, mas também como foco estratégico do qual flui a possibilidade de ocorrência de novas parcerias tanto com outras nações do Sul quanto com países do Norte, dado o efeito *spill over* subjacente (BAMBO, 2014, p. 52).

O continente africano é visto pela maioria dos países como um local de oportunidades para a exploração do território e das pessoas, e quanto mais aumentam as práticas de cooperação entre os países com tal continente se percebe que a população que deveria ser mais ouvida e beneficiada é a mais silenciada (MUÑOZ e CARVALHO, 2016). A externalidade negativa teve uma proporção tão grande que foi criada a União Nacional de Camponeses (UNAC), que consiste em um grupo de camponeses que reivindicam o uso de suas terras e que vão contra as agroindústrias brasileiras em Moçambique que explora a mão de obra barata do país (PRO-NUNCIAMENTO DA UNAC..., 2012).

Ademais, pode-se analisar a Cooperação Sul-Sul tendo em vista as informações assimétricas, que foram definidas na parte teórica deste artigo. Neste tipo de cooperação, contudo, pode ser difícil perceber casos de informações assimétricas entre os países, visto que, quando elas existem, elas tendem a ser solucionadas por órgãos como a própria ABC, pois parte do sentido de realizar esta cooperação é de que todos os atores envolvidos saibam sobre o que esta sendo realizado (LEITE, 2012).

Assim, um dos casos possíveis é o de falta de comunicação entre os agentes envolvidos, o que impossibilitaria que eles obtivessem toda a informação necessária para realizar a cooperação, ou ainda um erro de organização/execução, ou seja, a possibilidade de um dos países envolvidos não executarem plenamente tudo o que foi, *a priori*, definido. Todavia, o que se percebe é que estes problemas poderiam ser resolvidos, por meio de renegociações por parte de agências como a ABC, mas, é claro que, não se pode negar, a possibilidade da cooperação falhar devido a isto (LEITE, 2012).

Com isso em mente, busca-se agora outros casos possíveis de informações assimétricas na Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Moçambique. Neste sentido, percebe-se o Brasil como o agente que detém uma maior quantidade de informações técnicas sobre os projetos em curso em Moçambique, visto que o Brasil busca realizar a cooperação, segundo a ABC, em áreas que ele tem um certo domínio prévio desenvolvido. Desse modo, o que se tem é uma divergência de informações, ou seja, uma assimetria de informações, entre

Brasil e Moçambique no sentido em que o Brasil domina mais que Moçambique às respectivas áreas em que a cooperação esta sendo exercida: educação, saúde e agricultura (MUÑOZ, 2016).

Isto se evidencia quando se analisa o destaque internacional que o Brasil recebeu referente ao sucesso de políticas sociais domésticas como o bolsa família, que conseguiram alavancar o desenvolvimento social interno do país. Além do reconhecido sucesso no desenvolvimento de técnicas agrícolas, por exemplo, o que é desenvolvido pela EMBRAPA, e se expressa no sucesso produtivo que o Brasil tem tido na produção nacional agrícola (LEITE; POMEROY; SUYAMA, 2015).

Sendo assim, um dos fatores do surgimento de interesses de países do Norte na Cooperação Sul-Sul, formando então as alianças triangulares, como à Brasil-Japão-Moçambique ou Brasil-Estados Unidos-Moçambique, é o fato destes países terem sido atraídos pelo sucesso do trabalho brasileiro e terem lhe fornecido, então, credibilidade, o que reafirma o fato do Brasil ter mais informações técnicas sobre os projetos que empreende ou já empreendeu perante Moçambique (LOPES, 2014).

O que isto desencadeia é o fato do Brasil, por ter informações privilegiadas, ou pelo menos, por ter uma posição de desenvolvimento maior que Moçambique, será o ator que mais vai obter ganhos relativos perante o país africano (na cooperação bilateral, pois na triangular o ganho maior pode ser do país do Norte, vai depender de quem vai ter maior conhecimento sobre a área executada na cooperação). Isto porque, é do Brasil que vai partir a maior quantidade de recursos para a cooperação, e, além do país transferir conhecimento à Moçambique ele tende, em troca, receber novos conhecimentos, os quais poderão ser inseridos no contexto nacional brasileiro, ou seja, o Brasil também aprende com a cooperação (LOPES, 2014). Todavia, isto não impede, e não quer dizer que Moçambique não vá ganhar com a cooperação, uma vez que, a cooperação Sul-Sul é, como dito acima, de ganhos mútuos mas não necessariamente iguais (LEITE, 2012).

Além disso, sabe-se da necessidade de se adaptar os conhecimentos brasileiros a realidade de Moçambique, então, por exemplo, ao levar materiais pedagógicos à Moçambique (o que faz parte do projeto de educação, “Universidade Aberta do Brasil em Moçambique (ABC, 2012)), que também fala português, estas matérias devem ser adaptadas as necessidades curriculares do país, para que

haja uma maior eficácia. Desse modo, este processo de adaptação do material brasileiro para o povo moçambicano poderá ser, também, tomado de informações assimétricas. Para amenizar esta situação ou evitá-la o Brasil deverá agir de maneira a fornecer sinalizações de caráter forte para garantir que a informação passada é real e confiável (MUÑOZ, 2016).

Por fim, pode-se afirmar certa dificuldade em perceber informações assimétricas na Cooperação Sul-Sul (com exceção do que foi acima apresentado). Isto porque esta cooperação se dá a partir da demanda dos países receptores ao Brasil (ABC, 2010), ou seja, os objetivos do projeto e como ele será executado já são previamente definidos, além de serem de conhecimento dos atores envolvidos.

Considerações finais

Tendo em vista toda a discussão teórica feita e a análise da Cooperação Sul-Sul Brasil e Moçambique pode-se afirmar que Moçambique tende a ser beneficiado pela cooperação brasileira mesmo a despeito das informações assimétricas presentes, porém em alguma medida a CSS prejudica, principalmente a população civil de Moçambique pois quando se analisa a produção da agricultura familiar percebe-se que a intervenção brasileira gera custos a mesma, uma vez que, como visto, dificulta o seu desenvolvimento. Além disso, percebe-se que quem mais ganha com a Cooperação, relativamente, é o Brasil.

Ademais, visto que o Brasil transfere conhecimentos diversos para Moçambique, pode-se dizer então, que ele está contribuindo para a universalização da educação no país. Além disso, está cumprindo adequadamente ao que se propôs, no sentido em que por ser um país em desenvolvimento tal como Moçambique, sabe lidar mais com certos problemas, do que países que são desenvolvidos e que queiram cooperar com a África. Isto se evidencia em uma política adotada em Paris, por exemplo, a qual não pode ser a mesma aplicada na África (PNUD, 2016).Então, pode-se dizer, também que o Brasil está cumprindo com o papel de provedor de um bem público mundial, uma vez que gera mais conhecimento para mais pessoas (ABC, 2010).

Por fim, pode-se dizer que por mais que o Moçambique tenha muitos benefícios por meio dessa cooperação, o Brasil também ganha, pois através disso ele aumentou as relações comerciais com

os países africanos (GARCIA, 2013), teve possibilidade de se desenvolver mais ainda nas áreas de agricultura, saúde e educação (ABC, 2012), concretizou uma vocação universalista e resgatou a identidade nacional para a formulação de sua política externa. Ou seja, de certa forma ambos os países saíram ganhando, todavia é perceptível que houve alguns prejuízos à Moçambique, mas a Cooperação continuou, visto que, os ganhos são maiores que os custos/perdas (ABC, 2010).

Referências

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **A Cooperação com os Países de Língua Portuguesa**. 2005. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/intranet/sistemas_abc/siteabc/documentos/via-abc1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **A cooperação técnica do Brasil para a África**. 2010. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Pesquisa de projetos**. 2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa?intIdTipCooperacao=1&intIdRegiaoGeografica=1&intIdPais=224>>. Acesso em: 16 setembro 2016.

Agência Brasileira de Cooperação, ABC, 2012. **Moçambique**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique>>. Acesso em: 17 de mai. 2016.

BAMBO, Tomé Fernando. **Cooperação sul-sul: o acordo brasil-moçambique na área de biocombustíveis**. 2014. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_2014-03-31_tome_fernando_bambo_ME.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

BNDES. **Quem somos**. 2016. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CABRAL, Lídia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios**. 2011. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf>>. Acesso em: 16 setembro 2016.

COSTA, Fernanda. **Apoio ao rendimento mínimo para a educação em África: Estudo sobre Moçambique**. 2003. UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002199/219964poro.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

EMBRAPA. **Plataforma**. 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/plataforma>>. Acesso em: 19 set. 2016.

EMBRAPA. **Segurança Alimentar em Moçambique**. 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/seguranca-alimentar-em-mocambique>>. Acesso em: 19 set. 2016.

FGV PROJETOS. **ProSavana**. 2016. Disponível em: <<http://fgvprojetos.fgv.br/en/projeto/prosavana>>. Acesso em: 19 set. 2016.

FINGERMANN, Natalia Noschese. **A cooperação trilateral brasileira em moçambique**: Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11608/Fingermann_TESE_2014_joined_document.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2016.

GARCIA, Ana. **O novo acordo de cooperação e facilitação do investimento entre Brasil e Moçambique: algumas considerações**. 2015. Grupo sobre pesquisa de Potências Médias (GPPM). Disponível em: <<https://grupoemergentes.wordpress.com/2015/04/12/o-novo-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-do-investimento-entre-brasil-e-mocambique-algumas-consideracoes/>>. Acesso em: 21 maio 2016.

GUIMARÃES, André Filipe. **Bens públicos mundiais**. 2010. Centro de estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA). Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/pt/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/B/Bens-p%C3%BAblicos-mundiais-315/>>. Acesso em: 16 maio 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_cooperacao_brasileira.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2016.

LEITE, Iara Costa; POMEROY, Melissa; SUYAMA, Bianca. **Brazilian South-South development cooperation: the case of the ministry of social development in Africa**. 2015. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/store/10.1002/jid.3191/asset/jid3191.pdf?v=1&t=it60qe9j&s=d95b15e48b6ac8394760a2c3fc07246937fa7e0b>>. Acesso em: 17 setembro 2016.

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. 2012. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acesso em: 16 setembro 2016.

LOPES, Lúcia. **A cooperação triangular do Brasil na África: estudo de caso de Moçambique**. 2014. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/sites/default/files/documentos/a_cooperacao_triangular_do_brasil_na_africa_estudo_de_caso_de_mocambique.pdf>. Acesso em: 17 setembro 2016.

MANSFIELD, Edwin; YOHE, Gary. **Microeconomia**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. Tradução de: Cid Knipel Moreira.

MUÑOZ, Enara Echart; CARVALHO, Tássia Camila de Oliveira. **A cooperação sul-sul brasileira com a África no campo da alimentação: uma política coe-rente com o desenvolvimento?** 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100033#back_fn15>. Acesso em: 18 set. 2016.

MUÑOZ, Enara Echart. **A cooperação sul-sul do Brasil com a África**. Cad. CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, Abril, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792016000100009-8&lng=en&nrm-iso>. Acesso em: 21 maio 2016.

ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS MOÇAMBICANAS. **Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana**. 2013.

Disponível em: <<http://contag.org.br/arquivos/portal/file/Carta%20Aberta%20Programa%20ProSavana.pdf>>. Acesso em: 21 setembro 2016.

PINDYCK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PNUD. **Cooperação Sul-Sul**. 2016. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx>>. Acesso em: 21 maio 2016.

PRONUNCIAMENTO DA UNAC... (Org.). **UNAC**. 2012. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/documentos-de-posicao/38-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>>. Acesso em: 19 set. 2016.

PROSAVANA. **WHAT IS PROSAVANA**. 2015. Disponível em: <<http://www.prosavana.gov.mz/what-is-prosavana/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de.; OLIVEIRA, Roberto Guena de. **Manual de Microeconomia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Recebido em: 10/08/2016

Aceito em: 22/09/2016